

Tales Faria

Mendonça resolve impasse entre Lula e Alcolumbre

A 5ª fase da Operação Compliance Zero, realizada nesta quinta-feira, 7, abriu caminho para a solução do impasse em que se enfiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mandatário do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desde a derrubada da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Alcolumbre saiu da votação como quem levou a nocaute o chefe do poder Executivo. Com uma postura mais ou menos assim: agora Lula só pode apresentar um novo ministro para o STF se este for indicado pelo presidente do Senado.

Lula tem muito apreço por suas prerrogativas como presidente da República. Sabe que há toda uma carga simbólica sobre seus gestos no cargo. Se entregar a um senador o poder de decidir quem pode e quem não pode ser ministro da Suprema Corte, outros virão tomar mais uma fatia do poder. Em pouco tempo, ele será um pato manco no Palácio. Então estava num impasse: não poderia se dobrar a Alcolumbre, mas também não poderia indicar outro nome que venha a ser derrubado.

Mas eis que o ministro André Mendonça deflagrou essa nova operação da Polícia Federal em busca de envolvidos nas supostas fraudes do banco Master. Pois é, foi o bolsonarista André Mendonça, quem deu a ordem. Ele, que assumiu a relatoria do caso no STF em substituição ao ministro Alexandre de Moraes e que agora comanda as investigações da Polícia Federal.

Não dá para dizerem que se trata de alguma perseguição articulada por baixo dos panos pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, a mando

do presidente da República. E a operação se voltou contra um dos comandantes do centrão no Congresso, o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), amigo e aliado de Alcolumbre, e também um dos que articularam a derrubada de Jorge Messias na semana passada.

Ciro é acusado de receber mesada do dono do Máster, Daniel Vorcaro, e de ter apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) elaborada por assessores do banqueiro preso.

Se André Mendonça atirou em Ciro, por que ele pouparia Alcolumbre? Vale lembrar que, quando presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Alcolumbre segurou por quatro meses a sabatina de Mendonça ameaçando derrubá-lo.

E o presidente do Senado sabe dos problemas que tem. Em fevereiro, Jocildo Lemos, indicado por ele como diretor-presidente da Amapá Previdência (Amprev), se viu obrigado a pedir exoneração do cargo porque foi alvo da Operação Zona Cinzenta, que investiga investimentos de R\$ 400 milhões da autarquia estadual em letras financeiras podres do Banco Master.

Se na semana passada Alcolumbre colocou Lula contra a parede, agora é ele quem entra na linha de tiro sem a força de antes para impor constrangimentos ao presidente da República. Mendonça abriu um caminho de saída para o impasse na indicação do futuro ministro.

Lula não precisa mais engolir um nome escolhido por Alcolumbre, basta não bater de frente que o presidente do Senado também não poderá atrapalhar.

Que tal uma mulher, negra com notório saber jurídico e reputação ilibada?

Fernando Molica

O mandato coletivo de Ciro

A julgar pela apuração da Polícia Federal, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) deu uma interpretação particular ao conceito de mandato coletivo e tratou de dividir o seu com o Banco Master. Segundo investigações, ele foi além, e privatizou a delegação recebida de eleitores de seu estado: 897.959 cidadãos votaram em Nogueira e elegeram Daniel Vorcaro.

Isso, de acordo com a PF, em troca de favores, que incluíam uma versão turbinada do velho Mensalão: pelo aluguel ou venda do mandato, o senador receberia R\$ 300 mil ou R\$ 500 mil mensais, o direito de usar uma casa do Master, participação subsidiada em empresa e pagamento de viagens e jantares. O voto em Nogueira tinha valor.

A apuração citada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, diz que o ex-ministro-chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro recebeu do Master o texto de emenda que favorecia diretamente o banco: ampliava de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o valor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mecanismo que assegura o ressarcimento de investidores.

“Saiu exatamente como mandei”, teria dito Vorcaro, pelo que diz a PF. O uso do verbo “mandar” reforça a ideia da operação de compra e venda: A interferência de Vorcaro, também segundo as investigações, teria ocorrido em outros projetos abraçados por Nogueira.

O senador piauiense, que na prática atuou como primeiro-ministro de Bolsonaro, não foi o único a apresentar proposta sob medida para o

Master. O deputado Filipe Barros (PL-PR), pré-candidato ao Senado, também protocolou um projeto que aumentava para R\$ 1 milhão a garantia para investidores — o FGC era um dos principais argumentos usados por bancos e corretoras para convencer investidores a colocarem dinheiro em papéis do Master.

Caberá à Justiça avaliar as provas, determinar aprofundamento de investigações e julgar Nogueira. As evidências são muito grandes, mas é claro que tudo pode não ter passado de uma simples coincidência.

O episódio ilustra, porém, o tamanho do jogo de interesses escusos movimentado pela política e reforça a necessidade de uma apuração ainda mais profunda, em todos os poderes da República. Um escândalo como o do Master não ocorreria sem parceria e cumplicidade de agentes públicos.

O que está em questão é muito maior que inocência ou a culpa deste ou daquele político ou magistrado; mas a credibilidade das tão faladas instituições. A profusão de casos ressalta a necessidade de uma reforma política ampla — é insustentável a manutenção de um sistema que possibilita a cada parlamentar ser representante dos seus próprios interesses e/ou dos seus patrocinadores de ocasião.

Ao alugarem ou venderem seus poderes, agentes públicos implodem a estrutura constitucional, agem de maneira tão ou mais danosa que os golpistas do 8 de Janeiro, que acabaram de ser beneficiados pelo Congresso — com o voto de Nogueira.

EDITORIAL

Fila em todo o quarteirão é incompetência

Fila que dobra quarteirão, gente sob o sol na rua, “amarelinhos” ajudando a orientar o trânsito, pressão, irritação, muita conversa... e a sensação de déjà vu. A cena registrada em Campinas no penúltimo dia (0605) para regularizar o título eleitoral não é novidade, tampouco exceção. Ela se repete com teimosa e regularidade a cada ciclo eleitoral: 2018, 2020, 2022, 2024 e, agora, novamente. A pergunta que se impõe não é “o que aconteceu?”, mas “por que continua acontecendo?”.

Afinal, não se trata de falta de prazo, que é de meses, mas sim da concentração de decisões em poucos dias, transformando um serviço ordinário em uma corrida contra o relógio. Essa constatação revela, para além de um comportamento individual, uma engrenagem coletiva emperrada.

É claro que existe a cultura de deixar tudo para a última hora, um traço conhecido da vida brasileira. Contudo, reduzir a questão a isso é conveniente e insuficiente, uma vez que, sendo um fenômeno previsível, ele também é administrável.

O poder público sabe, por experiência reiterada, que a demanda explode na reta final. Sabe que campanhas de conscientização ganham tração apenas quando o prazo aperta. Sabe que o atendimento digital, embora ampliado, ainda não alcança todos com a mesma eficiência. No entanto, a cena se

repete: filas longas, estrutura tensionada, cidadãos expostos ao desgaste físico e emocional.

Não se trata apenas de falta de gestão de fluxo. Trata-se de respeito. Horas na fila sob o sol não deveria ser o preço a pagar pelo exercício de um direito básico. A previsibilidade da situação recorrente, há muito, deveria ter gerado soluções mais robustas, como a ampliação efetiva de horários nos dias críticos, reforço de equipes, mutirões antecipados, comunicação mais incisiva e segmentada, além de plataformas digitais mais acessíveis e resolutivas.

É preciso reconhecer ainda que o ambiente digital, embora avance, ainda exclui. Nem todos têm familiaridade, acesso ou condições para resolver pendências on-line. Isso exige uma política híbrida mais inteligente, que distribua a demanda ao longo do tempo em vez de concentrá-la em um limite do prazo.

O que se vê, ano após ano, é uma espécie de pacto tácito entre o comportamento social e a resposta institucional insuficiente. Naturalizar essas filas é aceitar que o previsível continue sendo tratado como exceção, sabendo-se de antemão que não é. É rotina, algo que se repete, expõe falhas conhecidas e, pior, toleradas há anos. Se já sabemos como a história termina, talvez esteja na hora de mudar o roteiro!

Opinião do leitor

Homenagem ao Dia das Mães

Mães que geraram e mães que sempre amaram os filhos que não são seus, neste domingo (10 de maio) vão viver o dia a elas dedicado. Data em que com elas me confraternizo, pedindo a Maria mãe de Jesus, que nunca deixe de faltar o aconchego, o respeito e o carinho, tão necessários aos seus corações.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.